

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Noves fora...

O saldo político das discussões do PT e aliados a respeito da “revogação” versus “revisão” ou “modernização” da reforma trabalhista é a desconfiança entre apoiadores do ex-presidente Lula. A sensação é de que o ex-presidente tem dificuldades em “sair da esquerda” e ampliar seus apoios rumo ao centro. Lula e Geraldo Alckmin se dão bem, vão tentar dissipar os problemas, mas o vírus da dúvida está ativo.

... soma cinco, reduz quatro

O vaivém nessa seara deixou o centro desconfiado de que o PT aceitará propostas dos aliados — exceto privatizações —, mas, cumpri-las será outra história. A aposta de muitos centristas torcedores do ex-presidente é de que, se eleito, Lula terminará cumprindo o programa da esquerda. Afinal, é quem está e esteve sempre com ele, na alegria e na tristeza, e não o traiu.

Onde mora o perigo

Audidores fiscais estaduais que têm acompanhado de perto as negociações em torno do teto do ICMS para combustíveis e energia consideram que há brechas para judicialização, uma vez que cabe aos entes federados definir as alíquotas. E, em caso de judicialização, a tendência é uma decisão liminar suspendendo os efeitos do que for aprovado. Trata-se de um risco, mas um grupo expressivo de senadores considera que não tem jeito. Tem que aprovar.

Por falar em auditores...

Enquanto os senadores estiverem discutindo a proposta do teto de ICMS para os setores de energia e combustíveis, a Associação Nacional das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite) abrirá o Congresso luso-brasileiro dos auditores, em Salvador. Haverá aula magna dos professores Paulo Portas, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal; e Paulo Nogueira Batista Júnior, titular da cátedra Celso Furtado de Altos Estudos da UFRJ, ex-diretor executivo do FMI e ex-vice-presidente do banco dos Brics, em Xangai.

Emendas atrasadas

Deputados atravessam o Eixo Monumental e vão ao Planalto para reclamar que as festas juninas chegaram, mas as emendas ao Orçamento, ainda não. Eles protestam porque verificaram que as “emendas pix”, aquelas liberadas diretamente às prefeituras e muitas vezes para serem usadas em shows sertanejos, estão praticamente suspensas, e o governo está segurando muita coisa na boca do caixa. Embora a liberação seja obrigatória, o Poder Executivo é quem dita o ritmo das emendas. Diante das denúncias de mau uso dessas verbas e a falta de recursos, o governo fechou a torneira mesmo.

O cronograma do Ministério da Economia previa encerrar a análise das emendas em 6 de junho. Porém, no governo, muita gente diz que, em ano eleitoral, o Poder Executivo periga deixar tudo para depois da abertura das urnas, a fim de segurar os aliados. A ver.



Pacífico

No pé

Mais de um ano se passou, e permanece um mistério o empréstimo de R\$ 3,1 milhões obtido pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) com o BRB para adquirir uma mansão no Lago Sul. Recentemente, o 01 alegou que os ganhos como advogado o ajudaram a conseguir o financiamento — apesar de não haver registro da atuação do parlamentar em tribunais. “Flávio Bolsonaro não apresentou detalhes de sua atuação. Ainda queremos saber como o senador conseguiu um empréstimo milionário (R\$ 3,1 milhões) junto ao BRB”, insiste a deputada federal Erika Kokay (PT-DF), ex-presidente do Sindicato dos Bancários.

CURTIDAS

Desconfiança geral/ Apesar de todas as declarações de apoio por parte de Lula a Danilo Cabral para o governo de Pernambuco, o PSB começa a desconfiar de que o ex-presidente vai dar um tempo antes de desfilhar ao lado do pré-candidato. Até aqui, não há data prevista para uma agenda conjunta, o que incomoda os socialistas.

Gilmar, 20 anos/ O ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes será homenageado em 20 de agosto com um jantar por adesão em Brasília. Ele completa 20 anos de STF. O valor estipulado, R\$ 450 por cabeça, está mais em conta do que o jantar de fim de ano do grupo Prerrogativas, que marcou o primeiro evento com a presença de Lula e Geraldo Alckmin em São Paulo: R\$ 500 por um lugar à mesa.

“Fecha aí, Rodrigo!”/ Nas rodas de conversas em Campina Grande (PB), durante abertura das festas juninas da cidade, um aliado brincou com o presidente da República em exercício, Rodrigo Pacheco: “Edita aí um decreto e fecha o espaço aéreo”. Diante da cara de desentendimento de alguns, eis que o interlocutor completa: “Assim, Bolsonaro terá dificuldades de voltar”.

E lá vem Santo Antônio/ Amanhã, 13 de junho. Quem sabe ele ajuda o Brasil a resolver os imbróglios. O país precisa casar com a prosperidade, a paz e a justiça social. Feliz Dia dos Namorados.

PODER / Durante a passagem na Presidência da República, o senador Rodrigo Pacheco manteve o hábito de contribuir, de forma serena, ao debate nacional. Ele defende utilizar dividendos da Petrobras para compensar alta de combustíveis

Presidente com moderação

» CRISTIANE NOBERTO

Ed Alves/CB

Pela segunda vez este ano — a primeira foi em maio —, o senador Rodrigo Pacheco teve passagem na interinidade da Presidência da República. Ele assumiu a chefia do Executivo por três dias, em razão da viagem de Jair Bolsonaro aos Estados Unidos. As duas outras autoridades na linha de sucessão, o vice-presidente, Hamilton Mourão (Republicanos), e o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), também estavam em missão oficial fora do país.

No exercício da interinidade, Pacheco cumpriu alguns atos formais do Executivo. Na quinta-feira, logo após assumir o cargo, assinou uma medida provisória relativa ao Ministério da Defesa. Mas o senador não se limitou às formalidades burocráticas.

Rodrigo Pacheco manteve o hábito de se posicionar politicamente quando julga necessário. Na sexta-feira, enquanto participava do 2º Encontro do Conselho Nacional do Poder Legislativo Municipal das Capitais (Conalec), em João Pessoa, comentou o Projeto de Lei Complementar (PLP) 18/22 — que estabelece teto de 17% para a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente nos combustíveis e na energia — e as declarações de Bolsonaro e do ministro da Economia, Paulo Guedes, acerca dos preços da cesta básica no Brasil.

O projeto é a aposta do governo para frear a alta no preço dos combustíveis — assunto caro ao presidente Bolsonaro, que busca a reeleição. Pacheco levantou dúvidas sobre a eficácia da proposta, que reduz a receita tributária dos estados. “Será que é só isso (estabelecer limite do ICMS)? Ou não seria possível



Pacheco: senador discordou do limite ao lucro sugerido pelo governo, mas cobrou responsabilidade social

estabelecer que esses dividendos astronômicos da Petrobras sejam revertidos para a sociedade na equalização do preço dos combustíveis? Em relação a esse ponto, o Senado se desincumbiu de criar essa conta de equalização no PL 1472”, afirmou.

Atento às reivindicações dos governadores, Pacheco também procura manter boa relação institucional com o Planalto. Na semana passada, em resposta à iniciativa do Executivo federal para compensar as perdas do ICMS, Pacheco mostrou temperança. “Acolhemos as reivindicações do Poder Executivo e esperamos

muito brevemente ter uma definição desse relatório”, afirmou, referindo-se ao projeto de lei sobre o teto do ICMS, com votação prevista para esta semana.

Para o líder da minoria, senador Jean Paul Prates (PT-RN), o presidente do Senado irá buscar o equilíbrio. “Acho que o equilíbrio que ele vai tentar é o de aprimorar o possível, mas não obstaculizar. Ele sabe, como nós, que alterar o ICMS vai representar muitas dificuldades para os estados do que efeito no preço dos combustíveis”, disse ao **Correio**.

Ainda na sexta-feira, já como presidente interino, Pacheco

afirmou que congelar os preços da indústria não é “o caminho”, mas as empresas do setor devem entender sua responsabilidade social. “O que eu acho que ele (Bolsonaro) reivindicou e suplicou foi, realmente, a responsabilidade social de todos os brasileiros. Na sua atividade coletiva, ninguém obviamente pretende sacrificar o lucro, nem acredito também no congelamento de preços. Não é esse o caminho, mas a consciência de que nós temos que buscar também uma posição social de todas as empresas neste momento”, contemplou.

Três perguntas para

CARLOS PORTINHO (PL-RJ), LÍDER DO GOVERNO NO SENADO

Como está a articulação para aprovação da PEC dos Combustíveis?

Sem dúvida há convergência para resolver o problema, foi essa a sensibilidade vista depois da reunião de líderes na quinta-feira. Há um conjunto de iniciativas por parte do Senado e apoio do governo federal colocando R\$ 50 bilhões na mesa e cortando impostos. Há uma sensibilidade com o consumidor. Ninguém aguenta mais o alto preço dos combustíveis dos caminhões que impactam no alimento. O governo federal deu uma resposta: cortou Pis/COFINS e a Cide. E há um clima de convergência no Senado, pois a questão é urgente. Em 24 horas foram colhidas 29 assinaturas para a PEC dos Combustíveis ser protocolada. Já temos mais de 30 adesões ao projeto, tudo isso conversado na reunião de líderes, o que facilita a tramitação e tem que ser de imediato devido à gravidade da situação.

Mas há senadores contrários à medida por considerarem-na eleitoral. Os governos também estão receosos sobre a eficácia da medida, além da perda arrecadatória que os estados sofrerão.

Com toda a sinceridade, até o cafezinho do bar que eu tomar, dependendo da narrativa, vão dizer que é eleitoral, porque o momento é eleitoral. Mas pergunta lá na ponta se dá para esperar mais. É um esforço pluripartidário, pelo momento. Não vejo de forma alguma essa conotação (eleitoral). A gente sabe quando vai acabar a guerra? Não. Então precisamos mexer no fiscal, que é onde o governo pode mexer, com o PLP 18, cortando

Jefferson Rudy/Agência Senado



Pis/Cofins e a Cide. Os estados faturaram muito, 16% a mais, e têm que dar sua cota de sacrifício.

Por que o governo não usa o lucro extraordinário da Petrobras?

Só se for a parte do governo. A gente tem que entender que é economia de capital misto, tem política de mercado. E o governo, em nenhum momento, tem interesse de interferir no mercado. Quando o ministro Paulo Guedes pede para as empresas segurarem os preços, ele não está querendo congelar os preços como governo. Isso seria iniciativa do setor privado. Também não podemos congelar, como vimos no governo Dilma e governo Sarney. O que o governo pode mexer é nos dividendos dele. Isso já está sendo utilizado indiretamente, pois cerca de R\$ 50 bilhões estão saindo do caixa do Tesouro. De certa maneira, ele está usando, pois os lucros e dividendos da Petrobras referentes à União fazem parte disso do caixa do Tesouro. São receitas extraordinárias que o governo já colocou na mesa. (Raphael Felice)